

O REAL DA LÍNGUA O REAL DA HISTÓRIA considerações a partir do texto *La Lengua de Nunca Acabar*. Pêcheux e Gadet (1987)

Blanca de Souza Viera MORALES
(UFRGS)

Para Pêcheux e Gadet a lingüística não pode reduzir-se a uma concepção do mundo: comporta intrinsecamente uma prática teórica que considera a língua como objeto próprio (o real da língua. (1984: 12)

Sob a base de que a teoria lingüística é atravessada por debates filosóficos e políticos, Gadet e Pêcheux iniciam, em “*La lengua de nunca acabar*”, uma discussão sobre os limites e as transgressões da língua, no cenário histórico do século XX. Os autores apresentam as diferentes posições adotadas ao abordar a língua (normativa, explicativa descritiva ou generativa) que correspondem a diferentes momentos históricos e diferentes conjunturas teóricas.

No texto, a partir de uma posição materialista em lingüística, os autores propõem uma discussão sobre a questão do real da língua e o real da história. Mostram que o real da história existe dentro de uma complexidade contraditória, começando por examinar os caminhos seguidos pelo poder da burguesia em suas *políticas da língua* - a questão da língua concebida como uma questão de Estado.

Segundo os autores, em sua materialidade, naquilo que se poderia chamar “o próprio da língua”, o que está mais perto do simbólico, a língua não se vincula nem a uma ordem lógica, nem a uma ordem social. Enquanto sistema, a língua só conhece sua “ordem própria”, e esta remete ao nome de Saussure.

Antes de Saussure, as preocupações da Lingüística estavam quase que totalmente voltadas para questões relativas ao sentido do texto. O gesto saussuriano, a clássica divisão *langue* e *parole*, aponta a determinação de um lugar para a ordem própria da língua.

Para Pêcheux e Gadet, o que irrompe com a lingüística tem a ver com a relação entre o Saussure diurno e noturno, entre a ciência e a poesia, essa relação só se concebe tomando as duas faces da obra saussuriana sob a perspectiva dominante do

conceito de valor. O que se origina na obra de Saussure é a formulação da questão da língua sem que o horizonte da alíngua fique imediatamente excluído dela. O espaço do valor permite a subversão. Saussure não resolve a contradição que une a língua com alíngua, o que faz é abri-la e fazê-la visível.

Quando na lingüística se tenta opor a ciência à loucura, se começa por fazer da ciência uma lógica oposta ao ilógico da loucura, se esquece que a loucura – e a poesia – fazem também uso da língua, estão ambas ancoradas no real. E como escreve Milner, sem a poesia não saberíamos que a língua se inscreve no real, os *lapsus*, continuariam sendo acidentes.

Para Pêcheux e Gadet, o que afeta o princípio de univocidade na língua não é localizável: o equívoco aparece como o ponto em que o impossível (lingüístico) se une com a contradição (histórica); o ponto em que a língua toca à história. A irrupção do equívoco afeta o real da história, todo processo revolucionário afeta também o espaço da língua.

À mudança social acompanha uma espécie de *dispersão anagramática* (Baudrillard), o que constitui um funcionamento espontâneo das leis lingüísticas do valor: as massas assumem um papel protagônico criando inovações que produzem na língua um grande movimento, comparável ao que realizam os poetas em minúsculo, exemplo a “mudança da forma” da métrica tradicional introduzido por Rimbaud. Lembremos que a poesia está anclada no real.

Para a Análise de Discurso a língua comporta uma ordem (o real), que é condição para que o efeito de sentido entre locutores (a discursividade) dê-se como tal. Onde o discursivo é definido como um processo social cuja especificidade está no tipo de materialidade de sua base, a materialidade lingüística. Esta forma de conceber a língua rompe com o ideal da lingüística que, como qualquer ciência, é perpassada pela ideologia, pelo imaginário, desde sua fundação. Ideologia que pressupõe resistência a qualquer ruptura na linearidade do discurso (ambigüidades, incisões e elipses).

Para entender o real que a língua comporta e as conseqüências que traz para os estudos da linguagem, dialogamos com Lacan em suas reflexões sobre a estrutura da língua, a partir de sua definição de inconsciente estruturado como uma linguagem.

O inconsciente é feito de *alíngua* – termo criado por Lacan (1972) para remeter a uma língua materna, que tem a ver com a função materna de falar ao sujeito antes que ele possa fazê-lo por si. *Alíngua* confere à *língua* um outro estatuto: o de não todo,

já que nela algo falta. Trata-se da falta que se reconhece no equívoco, ou seja, um jogo que escapa ao sujeito: lapso, ato falho ou chiste.

Na obra lacaniana, o *real* é caracterizado como impossível, resistindo à simbolização e ocorrendo, por isso, como falta. O sujeito é constituído numa estrutura que suporta a falta. Lacan colocou na categoria de real a realidade psíquica: desejo inconsciente e as fantasias a ele ligadas, assim como um “resto”: uma realidade desejanse, inacessível a qualquer pensamento subjetivo. Aqui o real que estrutura o sujeito do inconsciente se faz sem a interferência da ideologia. O real remete à noção de *objeto a*, a causa da divisão do sujeito. Trata-se de um objeto que não pode ser representado, é encontrado em fragmentos e surge no espaço da demanda, que nunca pode ser suprida pelo objeto da necessidade.

Quando Milner (1987) analisa as questões relativas à ordem própria da língua e suas implicações na lingüística, fala do entrelaçamento entre a língua e a falta, a qual encontra na *alíngua* um lugar onde o desejo vem corromper a ciência. Capaz de postular uma ordem própria da língua, a lingüística só pode operar sobre essa ordem excluindo o sujeito que comporta o real. O real da língua, impossível lingüístico e impossível de simbolizar, traz um desconforto próprio da língua.

No texto de Pêcheux e Gadet o real sofre uma transformação advinda da relação com a história e o inconsciente. Existe, para os autores, um *real da língua* que tem a ver com a *ordem da língua*- ordem significante em funcionamento, marcada pela falha. Existe também a ordem da história, o lugar do equívoco, que impede o sucesso total das identificações e obriga o sujeito a tomar uma posição, a interpretar.

Como a lingüística procura construir o real como um todo consistente, representável por uma rede de regras, tenta ignorar o equívoco, *“insuportável para o materialismo da escritura com o que as regras se inscrevem”* (Pêcheux e Gadet, 1984:174)

O equívoco é fundado pelo interdito, isto é, é por estar sujeito a uma impossibilidade de que o discurso seja falho. A presença do equívoco, por sua vez, é fundamental ao discurso, pois, como diz Pêcheux, é por conta desses “rearranjos” que a língua é capaz de política.

A política atravessa a lingüística. É por meio do equívoco que a língua encontrará o impossível contido nela, encontrará a história excluída por Milner, ao concebê-la como simples imaginário.

Assim, a questão do real da língua, para a AD, inscreve-se na contradição entre uma ordem própria da língua, imanente à estrutura, e uma ordem exterior, fala-se de “*real da língua e real da história*”. O real, trazido por Pêcheux (1990) para a AD, o “real sócio-histórico”, é da ordem dos processos e das práticas sociais.

Milner rechaça a apreensão do real como contradição, considera a história como um simples efeito imaginário, nunca como o real contraditório. e desaloja a questão política.

Para Pêcheux e Gadet a denegação da história encobre as condições em que se realiza a prática lingüística do sujeito falante, o que reforça o imaginário de um sujeito com pleno controle sobre a língua.

Discursivamente, não existe sujeito origem de seu dizer, auto-suficiente ou inteiramente determinado. Existe um espaço da subjetividade onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade. É o espaço do *real*, ali no limite em que a linguagem tropeça, se equivoca. Considerando o sujeito como dividido e o discurso como algo que significa pela história, são caras para a AD as marcas que apontam para uma desestruturação do discurso, para a perda de controle do sentido pelo sujeito.

Na sua relação com o real, os sentidos são constitutivamente “abertos”, sujeitos a falhas, derivas. É por isso que neste batimento com o real há deslizamentos de sentidos.

No texto de Pêcheux e Gadet está presente o modo como se articulam as noções de *imaginário*, *simbólico* e *real*, definidas anteriormente no campo da psicanálise e ressignificadas na AD. Nela a especificidade que tais noções assumem manifesta-se na articulação dessas três dimensões à ideologia e à determinação histórica.

Pela psicanálise, a construção da significação é inconsciente porque escapa ao controle do sujeito. Na AD, esta construção escapa ao domínio total do sujeito devido a uma ordem interna da língua e à ordem da história, que funciona independentemente do sujeito.

Assim, em um diálogo que inclui lingüística, história e psicanálise o texto de Pêcheux e Gadet trata da língua *incontrable*, de fronteiras tênues e o desafio é nomer, descrever o espaço de aquilo que fica dentro e fora dela.

BIBLIOGRAFIA

LACAN, J. *O real, o simbólico e o imaginário*. Discurso pronunciado em julho de 1953 na fundação da *Société Française de Psychanalyse*. Tradução de Maria Sara H. Gomes e Silvia Mangaravite (mimeo).

_____. (1972-1973), *O Seminário de Jaques Lacan, livro 20: Mais, ainda*. (Texto estabelecido por Jaques-Alain Miller; versão brasileira de M.D. Magno). Rio de Janeiro: RJ: Jorge Zahar, 1982.

MILNER, J.CL. *Les Noms indistincts*. Paris, Seuil. 1983.

_____. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

PÊCHEUX, M. (1983) "Discours: Structure or Event"? Trad.Bras. "O Discurso: estrutura ou acontecimento"? Campinas: Ed Pontes. SP.1990

PÊCHEUX, M. & GADET, F. *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica. 1987.